

General acha que transição poderia ser mais rápida

São Paulo — José Carlos Brasil

PORTO ALEGRE — O comandante militar do Sul, general Edson Boscacci Guédès, disse que o processo de transição democrática poderia ser "um pouco mais acelerado". Utilizando como exemplo a Constituinte, o general acrescentou que ela já deveria ter uma parte "completamente concretizada, dentro daquilo que nossos constituintes estão pensando realizar para o bem comum de todos os brasileiros".

As afirmações foram feitas no programa Bom Dia, Rio Grande, da RBS TV, quando o general defendeu a manutenção do atual papel das Forças Armadas, na defesa interna, da lei e da ordem. Quanto à anistia que está sendo decidida na Constituinte, beneficiando os militares punidos por atividades políticas, Guedes explicou que as Forças Armadas não são contra a anistia, mas esta já chegou "ao seu limite máximo, e já foi feito tudo que poderia ser realizado, de acordo com as leis e regulamentos".

Particularidade — De acordo com o general, para quem a questão da anistia nem deveria fazer parte da nova Constituição, a carreira militar tem características que inviabilizam a pleiteada ampliação da anistia: "Ao contrário do funcionalismo público, a carreira militar depende de vários processos, exige cursos e estabelece regulamentos para alguém, ser promovido", diz. Guedes exemplificou com a necessidade de cursos na escola de aperfeiçoamento para um militar ser promovido de major a coronel, e na escola de estado-maior para passar a general. "Os militares anistiados, em sua maioria e quase totalidade não têm curso de estado maior e tencionam ir a general. Estão indo contra os regulamentos", disse.

Guedes afirmou que as atuais atribuições constitucionais das Forças Armadas, "previstas desde a primeira Constituição do Brasil-República, não devem ser modificadas. Na verdade, cada Constituição definiu de uma maneira diferente o papel das Forças Armadas. Isso já está expresso até no próprio substitutivo do relator Bernardo Cabral. Apenas foi colocado aí um aditivo. Mas eu acredito que devem permanecer as atuais atribuições".

Pressões — O comandante militar do Sul não acredita que esteja havendo pressões das Forças Armadas junto aos parlamentares, argumentando que organizações de todo o país estão enviando sugestões aos constituintes. "As Forças Armadas estão também apresentando suas sugestões", disse.

O general preferiu não definir sua preferência entre presidencialismo e parlamentarismo: "O melhor governo para o nosso país é aquele que traga o bem para todos os brasileiros. Se conseguirmos colocar isso na Constituição, seja num regime presidencialista ou parlamentarista, de uma forma adequada à maneira de ser do povo brasileiro, então será o melhor governo".



Jânio e Quércia (c) recebem cumprimentos do comandante da Região Sudeste

Newton não crê em disputa

BELO HORIZONTE — O governador Newton Cardoso afirmou, após assistir ao desfile da Independência, que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, possui um espaço político próprio, que tem de ser respeitado pelas classes políticas brasileiras. Segundo o governador, em seu último pronunciamento sobre as tendências da Constituinte, há 10 dias, o ministro falou apenas em seu nome. O governador não acredita que a mensagem de Leônidas venha provocar uma disputa dos militares por mais espaço.

— As Forças Armadas têm o papel de preservar valores, cultivar a pátria, defender a segurança e a soberania nacio-

nais. Este é o seu papel há muitos anos, como reza a Constituição — disse Cardoso em tumultuada entrevista, enquanto soldados da Polícia do Exército e seguranças do governador empurravam com violência os repórteres, defronte ao palanque das autoridades, na avenida Afonso Pena, próximo à Prefeitura.

A proposta do deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG), que sugere a implantação gradual do parlamentarismo, permitindo ao presidente José Sarney cumprir os seis anos de mandato, não é bem recebida pelo governador mineiro. Ele repete que "seis anos é muito para este país, quatro anos é pouco e cinco é bom".

Sarney recebe militares

BRASÍLIA — O presidente José Sarney recebeu todos os ministros militares no Palácio da Alvorada, para almoço em comemoração ao Dia da Pátria. Compareceram os ministros do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves; da Marinha, almirante Henrique Sabóia; da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima; e os chefes do SNI, general Ivan de Souza Mendes, do Gabinete Militar, general Bayma Denys, e do Emfa, general Paulo Campos Paiva.

— Foi muito agradável — disse o general Leônidas, já de volta à sua residência oficial no Quartel General do Exército. Ele garantiu que em nenhum momento da conversa se tratou de Constituinte ou de parlamentarismo e que Sarney, no brinde

de encerramento do almoço, "saudou a Independência do Brasil".

Todos os ministros foram acompanhados de suas mulheres — como o próprio Leônidas, com D Doris. O menu constituiu-se de camarão de São Luiz, como entrada; um prato quente à base de carne e a sobremesa, pudim de laranja e sorvetes típicos do Norte.

— Os senhores não discutiram sequer a proposta de parlamentarismo gradual? — perguntou um repórter ao ministro do Exército, mais tarde, em sua casa.

— Nem cabia. Estou sendo sincero. Nós e nossas senhoras só falamos de amenidades — respondeu o general.

Quércia dá razão a Leônidas

SÃO PAULO — Em apoio ao presidente José Sarney e reforçando as posições assumidas pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, em relação à definição do papel das Forças Armadas na nova Constituição, o governador Orestes Quércia disse ontem que aos militares corresponde também a função de "garantir a segurança interna do país".

Ao lado do general Ivan Dentice Linhares, comandante militar da Região Sudeste (antigo II Exército), no palanque das autoridades que acompanhavam o desfile de 7 de setembro, Quércia — sem se referir ao substitutivo do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral — disse que não se pode retirar das Forças Armadas a garantia da ordem interna porque elas são essenciais para se "estabelecer critérios de ordem no país. Por exemplo, quando há divergências entre estados, como já aconteceu no Brasil, foram as Forças Armadas que ajudaram a superá-las".

Retrocesso — Ao mesmo tempo, o governador paulista revelou que o presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, por telefone, infor-

mou-lhe que a tendência pró-parlamentarista na Constituinte é majoritária. Presidencialista, Quércia aproveitou para advertir os parlamentares que a adoção do parlamentarismo pode abrir "uma porta para o retrocesso político", porque hoje, no Brasil, este sistema de governo não daria ao país o suporte necessário "para irmos para a frente".

Na última sexta-feira, no final da reunião de nove governadores da região Centro-Sul, em Florianópolis, o governador Orestes Quércia havia ameaçado retomar a idéia do plebiscito caso a Constituinte aprove o parlamentarismo. Ontem, mas cauteloso, comentou apenas que, se a Assembléia optar pelo parlamentarismo, "teremos que fazer o máximo de esforço para que ele ajude o Brasil a superar seus problemas sem perigo de voltarmos no tempo".

O governador informou, ainda, que o deputado Michel Temer (PMDB-SP) já entregou ao relator Bernardo Cabral emenda para permitir aos estados efetuar uma reforma administrativa no prazo de um ano, uma das propostas apresentadas pelos governadores em Florianópolis.